

William Waack

Três fatores podem dar a falsa impressão de que o problema da dívida externa perdeu seu caráter de urgência:

— os primeiros leilões de conversão da dívida em ações nos mercados de capitais brasileiros;

— a ida ao FMI, já sacramentada pelo governo;

— a existência de um acordo, de médio prazo, pelo menos em seus contornos principais, entre o Brasil e seus credores privados.

Um possível quarto fator é a mudança de foco das preocupações nacionais, dirigida nos últimos dois meses, sobretudo para a crise política. A dívida externa, novela que já dura pelo menos seis anos, cansou a paciência do público normal ou, então, transformou-se em assunto palpitante apenas para entendidos.

Contudo, a situação internacional, na qual o Brasil mal ou bem joga um papel importante, promete manter a questão do endividamento como uma das principais para o país — não só em seu relacionamento externo —, até pelo menos o final da década. Não se trata apenas de acontecimentos a curto prazo, como as dificuldades que os negociadores brasileiros encontram para obter um crédito-ponte que permita pagar parte dos juros de 88. Três tendências interdependentes merecem ser consideradas.

A primeira delas se refere a situação dos principais bancos nova-iorquinos, os *big money centers*. Um recente levantamento realizado por *The Economist* chama esses grandes bancos de dinossauros fadados à extinção, e um dos principais motivos de suas dificuldades são os empréstimos a países latino-americanos.

Durante os seis anos da crise do endividamento, os grandes bancos ganharam dinheiro — até que o Brasil cessasse

de pagar juros, em fevereiro de 1987. Obrigados a bloquear enormes reservas para enfrentar esses créditos de valor duvidoso, os bancos americanos pela primeira vez tiveram prejuízo (o Citicorp, por exemplo, perdeu mais de 10% dos rendimentos do ano anterior). Eles estão agora diante de severo dilema: precisam reduzir a *exposure*, frente aos endividados latino-americanos, mas são obrigados a reempréstimo ou refinanciar para continuar recebendo juros. Além disso, as bolsas americanas continuam pressionando os bancos para que aumentem suas reservas, atualmente em torno de 25% a 30% dos empréstimos, até uns 50% — nível normal no caso dos bancos regionais.

A segunda tendência é sobretudo política e ficou suficientemente clara no último encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Caracas, se bem que boa parte da imprensa brasileira não tivesse dado a necessária atenção ao assunto. O governo americano pretende que o BID imponha cada vez mais condições aos empréstimos que concede a países membros, numa situação que já é esdrúxula: o instituto de crédito que deveria ajudar os latino-americanos a sair da crise mantém-se rigorosamente dentro da prática internacional e emprestou a essa região menos em 1987 do que em 1986.

Neste sentido, só mesmo a eleição de um novo presidente americano (quem?) poderia alterar alguma coisa. É difícil imaginar novas idéias em relação à crise do endividamento externo surgindo dos exteores da administração Reagan. Mas há outro tipo de compromisso político do qual nenhum presidente americano parece em condições de escapar: o Tesouro acaba de conceder um empréstimo-ponte para a Argentina, depois de episódio semelhante em relação ao México e, já lá se vão alguns anos, também ao Brasil. Este gesto vale sobretudo para os bancos, que volta e

meia Washington tenta tocar como se fosse uma boiada em direção ao estreito curral de um novo pacote para latino-americanos.

A terceira tendência é a própria situação econômica do subcontinente. Ao contrário das generalizadas expectativas, a Argentina não *quebrou* mês de fevereiro, mas ninguém acredita mais em previsões, não só quanto às perspectivas econômicas para Buenos Aires mas também para México e Brasil — para não falar do Peru, cuja economia é considerada, no momento, a pior da América do Sul.

O aparente insucesso (se considerado diante das expectativas iniciais) do programa de securitização e conversão da dívida mexicana devolve a questão do endividamento externo latino-americano praticamente ao ponto que alguns profetas, notadamente os articulistas do prestigiado *Financial Times* sempre trataram de sublinhar: e se um desses três grandes endividados, como o Brasil ensaiou no ano passado, pára de pagar?

Com as taxas de juro sobre o dólar apontando para cima, e todos ainda se perguntando se vem ou não uma forte recessão na economia americana, a soma dessas três tendências — as dificuldades dos *money centers*, as definições políticas do governo americano e a crise econômica dos endividados latino-americanos — dificilmente poderia levar a declarações otimistas.

No campo da pura especulação — ou do futurismo, como se quiser —, a entrada em cena da principal potência financeira do planeta, o Japão, e o fortalecimento da Comunidade Econômica Européia como terceiro grande pólo poderiam oferecer alternativas para uma situação internacional, a do endividamento latino-americano, que no momento nem se poderia chamar de beco sem saída: é um buraco sem fundo